Morosidade da Justiça: Atores e Fatores a Considerar. Uma Análise Organizacional

Tema de submissão: Desempenho em organizações da justiça

Carolina Fátima de Souza Alves (Universidade Positivo)

RESUMO

Como prestador de serviços essenciais ao cidadão brasileiro, o Poder Judiciário há décadas vem sendo atingido por uma terrível mazela: a morosidade que, por vezes, figura como sinônimo de injustiça. Não obstante outros percalços enfrentados pelo sistema de justiça no Brasil, o objetivo desse ensaio é analisar a morosidade judiciária buscando compreender alguns atores e fatores que resultam na procrastinação no trâmite judicial. No ensaio, o Judiciário é analisado como organização, ou seja, como um organismo adaptável e receptivo sujeito as pressões e necessidades sociais, em conformidade com a noção de Philip Selznick. A teoria da endogeneidade legal de Lauren Edelman é utilizada para explicar como o juiz (ator/autoridade estatal máxima nos processos judiciais) e outros atores gerencializam os prazos (tempo) processuais moldando-os a sua realidade forense, ainda que isso cause morosidade. O tempo da justiça é analisado tendo como base artigo seminal de Antonio Casimiro Ferreira e João Pedroso que bem o distinguiram entre *tempo biográfico* e *tempo processual*. Finalmente, o ensaio aborda os tipos de morosidade que podem alcançar o processo judiciário.

Palavras-chave: Judiciário; organização; morosidade; atores; fatores.

ABSTRACT

As a provider of essential services to the Brazilian citizen, the Judiciary power has been affected by a terrible malaise for decades: the slowness that sometimes appears as a synonym for injustice. Notwithstanding other obstacles faced by the justice system in Brazil, the objective of this essay is to analyze the judicial delay in order to understand some actors and factors that result in procrastination in the judicial process. In the essay, the Judiciary is analyzed as an organization, that is, as an adaptive and receptive organism subject to pressures and social needs, in accordance with the notion of Philip Selznick. Lauren Edelman's theory of legal endogeneity is used to explain how the judge (maximum state actor / authority in judicial proceedings) and other actors manage procedural deadlines (time), molding them to their forensic reality, even though this causes delays. The time of justice is analyzed based on a seminal article by Antonio Casimiro Ferreira and João Pedroso that well distinguished it between biographical time and procedural time. Finally, the essay addresses the types of delays that can reach the judicial process.

Keywords: Judiciary; organization; slowness; actors; factors

Introdução

Há muito tempo se discute sobre os malefícios da morosidade judiciária. O problema da lentidão da Justiça atinge a vários países, não sendo, pois, algo geograficamente confinado ao Brasil. Contudo, é a Justiça brasileira o *locus* de interesse desse ensaio, em especial após a divulgação de relatórios oficiais publicados pelo Conselho Nacional de Justiça¹ que demonstram que, embora algumas atitudes tenham sido tomadas, a morosidade ainda é um problema a ser enfrentado. De início, releva destacar que no combate a morosidade, a Constituição Federal prevê que o acesso à justiça se dê de forma efetiva e tempestiva, ou seja, em tempo razoável, garantindo ao cidadão meios para obtenção de uma tramitação processual mais célere (art. 5º.,

LXXVIII). Isto porque, o moderno conceito de *efetividade da justiça* detém maior abrangência e fluidez.

Neste ensaio, o Judiciário é analisado como *organização* e, como tal, sujeita a toda sorte de influências (internas e externas) e de fatores que podem redundar, voluntária ou involuntariamente, na procrastinação do tempo processual, ou seja, na morosidade. A organização judiciária não “*só precisa estar apta a efetivar os direitos assegurados, mas, também, e principalmente, a fazê-lo de forma ágil, célere e eficaz, com o menor dispêndio de tempo e de recursos possível, traduzindo sua preocupação social*” (BARBOSA MOREIRA, p. 155).

E esse é o motivo do interesse na confecção do presente ensaio: se a efetividade da justiça, hoje, depende de uma prestação jurisdicional mais célere e, se os dados oficiais divulgados demonstram a lentidão do Judiciário, torna-se obrigatório e necessário estar atento as causas da morosidade; algumas adiante apontadas. Adverte-se, contudo, que enfrentar tal problema representa tarefa difícil e exige o abandono de alguns preconceitos e mitos arraigados, conforme adiante se verá.

O estudo da morosidade judiciária foi desenvolvido tendo como base a *teoria da Endogeneidade Legal* de Lauren Edelman, a ideia de “*mito racional*” trazida por M.C. Suchman e Lauren Edelman, bem como os estudos sobre o tempo na (da) justiça realizados por Antonio Casimiro Ferreira e João Pedroso.

O Judiciário como organização

Preliminarmente, importa destacar a forma como o Judiciário é analisado neste ensaio: como organização.

Não obstante a diversidade de abordagens sobre a noção de organização – abordagem racional que enxerga a organização como limitada “*pela natureza de suas tecnologias e pela necessidade de eficiência*” (THOMPSON, 1967); abordagem social na qual se indaga “*como as organizações agem e respondem aos anseios sociais*” (ZUCKER, 1983); abordagem de sistemas abertos que “*enfoca nos efeitos do ambiente organizacional*” (PONDY e MITROFF, 1979) - parece ter sido SELZNICK (1972) quem definiu as organizações com maior abrangência sustentando que seriam “*um instrumento técnico para mobilização das energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida. (...) um instrumento precível e racional projetado para executar um serviço*”.

Aliás, em sua obra *Leadership in Administration* (1957), SELZNICK teceu importantes distinções entre organizações e instituições salientando que estas últimas seriam “*o produto natural das pressões e das necessidades sociais – um organismo adaptável e receptivo*”, somente podendo ser estudadas a partir do resgate da sua construção histórica e das múltiplas influências que recebem do meio social. SCOTT (1994) concorda com tal visão e destaca que as “*instituições são estruturas sociais duráveis e multifacetadas, compostas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais*”, juntamente com mecanismos reguladores que definem um sistema de significado comum e “*que dão origem a diferentes atores e rotinas de ação*”. Como resultado da construção humana, as instituições são valiosas em si mesmas, não havendo necessidade de oferecerem algum tipo de produto ou algo do gênero.

Não obstante a evidente e relevante distinção entre as figuras, nota-se que os estudos realizados quando não se focam totalmente nas questões e aspectos institucionais, procuram analisar as organizações somente no que tange aos seus aspectos estruturais e de desempenho (*sistema racional* - PFEFFER, 1981; PFEFFER e SALANCIK, 1977) conferindo “*pouca*

atenção ao poder que as organizações possuem para alterar as forças que as afetam, sejam elas internas ou externas” (ZUCKER, 1983). Esta última abordagem, denominada de *sistema aberto*, apreciada neste ensaio, “*mantém o foco sobre os efeitos do ambiente organizacional*” (PONDY e MITROFF, 1979) ao permitir a análise da forma como a organização recebe influxos e reage a eles. Nesta perspectiva, a organização deixa de ser vista com passividade e passa a ser enxergada como “*ativa, capaz de mudar bem como de responder ao meio ambiente*” (PFEFFER, 1981). Portanto, não é possível ignorar o fato de que a organização recebe várias influências, ressignificando-as, de forma a amoldá-las ao seu interesse ou necessidade.

Colocadas tais premissas, relembra-se que, neste ensaio, o Judiciário é analisado como organização, sujeita a toda sorte de influências e forças (KHALIL, 1995). Sabe-se que é da competência do Poder Judiciário o julgamento de conflitos em tempo razoável. Embora não se defina objetivamente “tempo razoável” entende-se que este é condizente com a utilidade da decisão, ou seja: não basta conferir ao cidadão o direito de acesso à justiça. É indispensável que este acesso – que também perpassa pela duração do trâmite processual – seja em tempo razoável, justo, a fim de que a decisão expedida seja útil para a parte (DIDIER, 2016). Afinal, as organizações – dentre elas, o Judiciário – “*produzem efeito não somente na vida das pessoas, mas podem ser tratadas como atores que possuem imenso tamanho e poder sobre o ambiente social*” (COLEMAN, 1947).

O tempo e sua institucionalização na organização judiciária

A questão do *tempo da justiça* sempre foi um problema enfrentado pelo Judiciário brasileiro sendo certo que a regulação e institucionalização do tempo no campo judiciário é fator importante para a compreensão da morosidade.

Desde os primórdios, o homem procura compreender o *tempo*: como transcorre; porque em dados momentos parece passar muito rápido e em outros instantes com extrema lentidão; se é possível obstá-lo ou agilizá-lo; etc. Aristóteles, ao estudá-lo, procurou definir *tempo* de forma racional, através da física, conceituando-o como “*número de um movimento segundo o antes e o depois*” (*Física* 219, b1-2). Segundo o filósofo, para analisarmos o *tempo*, antes, devemos compreender sua relação com o movimento e a alma: “*O que já foi não o é, e o que será ainda não o foi. O tempo não é, porque ele será ou já foi*” (*Phys IV 10217 b35*). Isso conduz à constatação de que o passado e o futuro são partes integrantes do tempo que fogem ao homem. O que de fato é compreensível é o “*agora*” (presente), pois o passado e o futuro estão ligados por um “*agora*” (ARISTÓTELES, *Phys* 219 b1-2). E esse “*agora*” é que pode ser estudado pelo homem.

Estruturalmente, respeitando a independência entre os poderes que compõe a União, compete ao Poder Judiciário resolver os conflitos de interesse apresentados mediante aplicação de legislação (do “direito”) promulgada(o) pelo Poder Legislativo. É do Poder Legislativo, numa espécie de *enforcement* inicial (COGLIANESE e NASH, 2015), a competência para elaborar regras (leis) que deverão ser cumpridas pelos integrantes do Poder Judiciário (e por todos aqueles que o acessam), inclusive no que diz respeito ao tempo processual, aqui entendido como os prazos que deverão ser cumpridos pelos diversos atores judiciários como juiz, partes, Defensoria Pública, Ministério Público, etc.

COGLIANESE e NASH (2015) salientam que no *enforcement* a lei é utilizada “*para moldar o comportamento das organizações. (...) como instrumento ostensivo que visa melhorar os resultados sociais e econômicos, tratando empresas e organizações como atores racionais*”.

Assim, o Poder Legislativo desempenha “*o papel de um meta-regulador*” direcionando o Judiciário a organizar-se e cumprir a legislação criada (COGLIANESE e NASH, 2015). Contudo, é ilusório supor que a lei promulgada pelo Legislativo é absoluta e autoeficazⁱⁱ. “*Ora, se os embaraços a duração processual são acarretados não por um único, mas por uma série*

de fatores, não se pode crer que a atividade legiferante, por si só, irá resolvê-los como que num passe de mágica” (ALVES, 2006, p. 150).

De fato. A lei promulgada, embora oficialmente imperativa, será aplicada pelo Poder Judiciário que, analisado como uma organização “*imersa num mar de leis*” (EDELMAN, 2016) não as receberá com passividade, mas, ao contrário, poderá ressignificá-las, adaptando-as a realidade organizacional.

Embora Max Weber (1982) e Philip Selznick (1957) já apontassem a existência de interconectividade entre a lei e a organização, foi Lauren Edelman – aderindo ao Neoinstitucionalismo – que sustentou que a lei não pode ser tratada como um produto exógeno imposto por uma autoridade pública, mas deve ser compreendida como uma *construção organizacional e social*, retirando a organização (no caso, o Judiciário) da passividade receptiva de leis e incluindo-a como ativa produtora de significado legal (EDELMAN, 2016).

A endogeneização e a gerencialização da lei

A teoria da **endogeneidade legal** desenvolvida por Edelman defende que a legalidade também se dá de forma *endógena*, ou sejaⁱⁱⁱ, quando a organização recebe a norma e a amolda à sua realidade, conferindo-lhe assim novo significado: “*O significado legal emerge do fluxo diário da organização (...), o significado de legalidade surge da rotina organizacional*” (EDELMAN, 2016). Neste sentido, por exemplo, quando o Congresso Nacional publica uma legislação fixando prazos (tempo) processuais – como o Código de Processo Civil Brasileiro (CPC - Lei 13105/2015) – tal legislação é recebida e ressignificada pelo magistrado que a adaptará ao seu contexto considerando variáveis como estrutura administrativa, número de processos a impulsionar/julgar, pauta de audiências, etc.. A título exemplificativo, menciona-se o artigo 226 do Código de Processo Civil que fixa prazos ao juiz para a expedição de cada tipo de decisão: “*Art. 226. O juiz proferirá: I - os despachos no prazo de 5 (cinco) dias; II - as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias; III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias*”.

No cenário jurídico-processual, o artigo 226 do CPC é inserido nos conhecidos prazos *impróprios* ou *não preclusivos*, caracterizados como prazos extensíveis a critério do julgador (DIDIER JUNIOR, 2016). Assim, por exemplo, se o magistrado responsável pela causa necessitar – devido à falta de estrutura administrativa, complexidade do conflito, acúmulo de trabalho na serventia – poderá sentenciar em tempo (muito) superior a 30 dias. Aliás, o tempo médio para expedição de sentenças é de pouco mais de três anos, consoante relatório adiante mencionado. Portanto, embora o prazo tenha sido legalmente institucionalizado no artigo 226, do CPC, concede-se ao juiz autonomia para gerenciar os processos que preside, ressignificando o tempo (prazo) conforme a necessidade e o contexto do momento.

Essa administração do tempo processual pelo juiz da causa também enseja outra questão relevante: a disparidade da duração processual entre os Estados do país. As auditorias realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ^{iv}) sobre os Judiciários estaduais brasileiros constataram: embora a lei que dita prazos processuais seja federal e, assim, aplicável de idêntica forma a todos os Estados da Federação, o tempo de duração do processo é muito variável a depender do Estado no qual tramite. E essa variação – conforme já dito – deve-se, normalmente, a quantidade de demandas ajuizadas, a estrutura disponibilizada ao jurisdicionado, a estrutura de apoio disponibilizada ao juiz pelo respectivo Estado, etc. (EDELMAN, 2016).

Esta prática é nominada de **gerencialização do direito** e ocorre quando regras legais são filtradas através do gerenciamento organizacional, o que tende a envolver uma reconceituação da lei. A gerencialização permite que a organização navegue em torno de elementos da lei que conflituem com seus interesses (EDELMAN, 2016, p. 5). “*A lei se torna endógena ou construída dentro dos campos sociais que procura regular*” (EDELMAN, 2016, p. 4). Assim, embora o legislador institucionalize o tempo para a prática de determinados atos processuais,

tal prazo é endogenamente ressignificado pelo Judiciário, a depender do local no qual a ação tramite e de outras variáveis. Por isso, embora a lei seja única, o tempo de duração processual (com presença ou ausência de morosidade) é tão díspare entre os Estados da Federação.

Apresentadas tais premissas sobre o tempo judiciário, em especial a questão da endogeneidade legal, incumbe analisar quais os potenciais responsáveis pela morosidade ou será correto imputar-se somente ao magistrado a responsabilidade pela lentidão da justiça?

Morosidade Judiciária: múltiplos atores e fatores a considerar

No que diz respeito ao Poder Judiciário – compreendido como organização e objeto deste ensaio – releva destacar que, no campo jurídico, há muito discorre-se sobre os malefícios da morosidade judiciária: a lentidão da “justiça”, particularmente em regimes democráticos, se mostra odiosa e inconcebível na medida em que a razoável duração do processo é *“parte integrante do exercício e garantia de direitos, sendo igualmente um relevante indicador sociológico da qualidade da cidadania”* (FERREIRA e PEDROSO, p.2). Ruy Barbosa (1977) já afirmava que *“justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada”*. Mas, afinal, o que é a morosidade da justiça? Para responder a tal indagação, é necessário distinguir entre a duração necessária do processo e a morosidade processual.

A *duração necessária do processo* deve corresponder a um prazo razoável destinado à defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Os processos normalmente não são céleres diante da necessidade de se permitir aos cidadãos o amplo exercício de defesa o que redundaria na prática de diversos atos que acabam por estender o trâmite da ação como a realização de provas, participação em audiências, interposição de recursos, etc. (ALVES, 2006, p. 150). Portanto, a razoável duração do processo – compreendida como o tempo minimamente necessário para sua tramitação – não se confunde com a morosidade.

A *morosidade* surge da excessiva duração do trâmite da ação quando tal se mostrar totalmente desnecessário a proteção dos direitos discutidos pelas partes interessadas (FERREIRA e PEDROSO, 1997, p.5). O hiato – também compreendido como falta de sincronia – entre a *lentidão da justiça* e o *tempo biográfico (ou tempo de interesse das partes)* é que faz emergir a discussão sobre a morosidade judiciária, já que se espera que a *“oferta de justiça nas sociedades democráticas se dê em tempo socialmente útil”* (FERREIRA e PEDROSO, 1997, p. 3).

Neste sentido, estudos e pesquisas sobre o tempo da justiça realizados no campo do direito normalmente se circunscrevem a imputar a morosidade como sendo de responsabilidade de um único ator: o juiz, na nominada morosidade judicial (FERREIRA e PEDROSO, 1997, p.5). Usualmente, numa espécie de “mito racional”, se imputa ao magistrado a responsabilidade pela demora no impulsionamento do processo, como se todos (ou a maioria destes) agissem em absoluta desídia e falta de interesse na resolução dos conflitos a eles apresentados (MOREIRA, 2000). Tal compreensão figura como um “**mito**” – algo no que se crê sem se perquirir sobre sua veracidade – que não condiz com a realidade da organização judiciária vista como *“um ator complexo, cujo comportamento é moldado também e inclusive pela cultura local, pelo simbolismo”* (SCHULMAN e EDELMAN, 1996).

Como destaque à noção de “mito”, Schulman e Edelman (1996) enfatizam que se trata de um *“termo que descreve uma mitologia cultural socialmente construída que, na maioria das vezes, não condiz com a realidade objetiva”*. SAUVY (1971) concorda aduzindo que *“mitos são ideias comumente recebidas, que desaparecem ao serem examinadas. Porém, não é tão fácil fazer desaparecer uma ideia, mesmo que do nosso ponto de vista ela seja de todo falsa”*.

Sem olvidar da existência de juízes altamente comprometidos com o julgamento em tempo razoável, de fato há aqueles que atuam negligentemente e que, de forma intencional, deixam prazos e ações transcorrerem sem a prestação do serviço devido, ora por desleixo, ora por algum interesse obscuro na causa^v. Porém, embora a responsabilidade pela lentidão

processual possa, vez em quando, ser imputada ao juiz, a morosidade não se esgota na omissão judicial.

O caráter da razoável duração do processo – que, quando desconsiderado, leva a morosidade – deve ser aferido diante do caso concreto e envolve três critérios principais: “*a complexidade da questão de fato e de direito discutidas no processo, o comportamento das partes e de seus procuradores e a atuação dos órgãos jurisdicionais*” (CARVALHO, 2009). Há, assim, outros fatores – a morosidade organizacional, a morosidade legal e a morosidade provocada – que dividem com o juiz a responsabilidade pela morosidade da Justiça, derrubando o mito acima mencionado.

A morosidade organizacional é um fator a ser investigado. A lentidão processual também pode ser *endógena* ao próprio sistema. Tal se dá pelo volume de serviço e rotinas adquiridas e também devido a burocrática organização dos tribunais, o que demonstra ineficiência da Administração Pública na gestão judiciária (FERREIRA e PEDROSO, 1997, p.5). É notório o grande volume de demandas que tramitam no Judiciário brasileiro. Consoante relatório *Justiça em Números* (ano-base 2018), publicado pelo CNJ, há cerca de 80 milhões de processos em andamento, com tempo de duração variável a depender da fase em que se encontrem: na Justiça Comum^{vi}, na fase de conhecimento (1º e 2º graus), da distribuição da ação até a expedição de sentença, o tempo médio de duração é de 3 anos e 4 meses; na fase de execução o tempo médio de duração é de 6 anos e 4 meses. Portanto, o tempo processual – da distribuição ao cumprimento da sentença – pode chegar a quase 10 anos de duração^{vii} ^{viii} (CNJ, relatório *Justiça em Números*, 2019).

O tempo de duração supracitado também possui relação com a estrutura judiciária que, em determinados Estados, se mostra precária e insuficiente ao atendimento das demandas ajuizadas: deficiência material, estruturas precárias, número insuficiente de juízes e servidores, serventuários despreparados para o atendimento ao jurisdicionado são fatores que contribuem para a morosidade (DALLARI, 1996). De outro lado, quando a (falta) estrutura não se mostra um problema, a burocracia judiciária é fator importante que estimula a morosidade. É notório que os Judiciários estaduais são organizados de forma burocrática e altamente custosa. A tramitação entre tantos ofícios, varas, cartórios e instâncias para discutir acerca da mesma causa é capaz de estender o conflito por anos (CNJ, relatório *Justiça em Números*, 2019). Some-se a isso a, eventual, mas, quando existente, deliberada vontade de alguns servidores de não prestar serviços com a razoável celeridade, deixando de abrir vistas, de encaminhar processos a conclusão, de intimar sobre audiências e etc. Desinteresse que se apoia, sobretudo, na ausência de prazos pré-fixados para tais práticas.

Outro fator fomentador da morosidade é o excesso e/ou a dubiedade da legislação expedida no país, nominada por Ferreira e Pedrosa de morosidade legal. Edelman sustenta que a dubiedade/precariedade da lei expedida “*é o primeiro estágio da endogeneidade legal*”, o que significa que a expedição de leis com brechas e lacunas é o primeiro estímulo a sua gerencialização e ressignificação (EDELMAN, 2016, p. 7). Sem olvidar que – consoante supra exposto – a lei não é onipotente ou autossuficiente, fato é que a expedição de leis – em número necessário – claras e objetivas certamente auxiliaria no transcurso processual, impactando positivamente no tempo do processo. Contudo, essa não é a realidade pátria: há uma enxurrada de leis processuais rotineiramente expedidas e geradoras de um grande descompasso: por vezes, juiz, partes e serventuários não conseguem se movimentar diante de normas dúbias, de difícil compreensão e, às vezes, contraditórias e/ou superadas frente a realidade social atual (FERREIRA e PEDROSO, p.6).

Finalmente, a excessiva duração dos processos judiciais também pode ser originada pelas partes que neles atuam, de forma intencional ou não intencional. FERREIRA e PEDROSO (1997, p. 6) nominam tal modalidade de morosidade provocada que se dá de forma *não intencional* – quando as partes agem involuntariamente de forma negligente, sem a intenção

de causar lentidão – ou de forma *intencional*, quando a morosidade é provocada dolosamente por uma das partes do litígio, em defesa de seus interesses e em detrimento do adversário.

Aliás, destaque-se que tal constatação – adiante exemplificada – derruba outro importante mito: a crença de que todos os jurisdicionados (partes) clamam pela rápida solução do litígio.

“Para muitas empresas e pessoas jurídicas de direito público é muito interessante um prazo mais elástico nas demandas, mesmo sabedores da grande possibilidade de derrota. Tal dado é incluído no planejamento contábil da empresa, como passivo realizável a longo prazo. Em um país com elevada carga tributária como a nossa, passa a ser uma técnica de gerenciamento empresarial institucionalizada” (ALVES, 2006, p. 148).

Assim, o excessivo requerimento de provas (além daquelas já apresentadas na causa), o interminável uso de recursos contra decisões judiciais legítimas e fundamentadas, o interesse do devedor em atrasar a execução, a alteração de fatos processuais (nominada litigância de má-fé), dentre outros expedientes, são mecanismos que, quando utilizados por uma parte podem procrastinar a causa.

Neste mesmo sentido, à título de exemplo, convém lembrar que a União, os Estados e os Municípios – nominados de Administração Pública – também figuram como partes (autor ou réu) em demanda judicial. Aliás, destaque-se que os Estados da Federação são, atualmente, os maiores demandantes do Poder Judiciário^{ix}. (CNJ, relatório *Justiça em Números*, 2019). Como demandantes, além de possuírem o direito de peticionar no dobro do prazo comum^x – o que por si só já é capaz de estender longamente o tempo de duração processual – por vezes, adotam a prática do mau uso de recursos tornando ainda mais lentos os processos nos quais estejam envolvidos.

Cite-se, ainda, casos midiáticos de idosos que falecem no curso de longuíssimos processos nos quais requerem benefício de aposentadoria, por exemplo.

E não é só. Por vezes, não são as partes, mas seus advogados que optam pela máxima e indevida extensão da causa:

“A experiência forense demonstra que (...) há advogados que autorizados pelos clientes a transigir até certo valor, simplesmente no caso concreto não oferecem o valor máximo autorizado, muitas vezes razoável para a parte adversa, para não perder a causa, já que alguns advogados recebem por mês e não por resultados...” (ALVES, 2006, p. 147)

Neste particular, Edelman (2016) destaca que a influência que as organizações sofrem dos profissionais que nelas atuam é o segundo estágio da endogeneidade, ou seja, a morosidade também pode ser causada por profissionais da Justiça, dentre outros:

“Profissionais como advogados, pessoal de RH, consultores etc. desempenham papel importante e acabam por influenciar as organizações: filtram informações, concedem relevância ou irrelevância a lei, ou seja, servem como janelas (da organização) para o ambiente jurídico”. (EDELMAN, 2016, p. 7)

Claro, portanto, que vários e muito diversos são os fatores originadores da morosidade, os quais merecem uma análise mais aprofundada na busca por seu combate, em especial por ser o acesso a uma justiça tempestiva e eficaz direito fundamental do cidadão.

Considerações Finais

A noção de *tempo* nada possui de exata. Norbert Elias – em sua Teoria Sociológica do tempo já afirmava – em contrariedade a dicotomia firmada entre tempo físico (defendida por Aristóteles) e tempo da alma (sustentada por Santo Agostinho) - que o tempo deve ser compreendido como “*o tempo da experiência ou tempo experienciado cuja noção é dependente das relações sociais, e não das noções meramente individuais*” (CARVALHO, 2015).

E por não ser um conceito exato, o *tempo* no Judiciário pode ser ressignificado de várias formas. Embora o Judiciário e seus operadores recebam normas imperativas (legislação) para o cumprimento de prazos e tramites processuais, fato é que a legislação possui brechas – citadas no texto – que permitem ao juiz (principal administrador do processo) gerencializar o tempo processual amoldando-o a sua realidade e interesses, em verdadeiro processo de ressignificação sustentado na teoria da Endogeneidade Legal de Lauren Edelman.

A gerencialização do tempo processual pelo magistrado, certamente, é fator relevante e causador da morosidade judiciária. Mas não é o único. Há outros atores (partes, advogados, serventuários) e fatores (estrutura administrativa, qualidade legiferante) que também são causadores da lentidão processual.

Indubitavelmente, ao se enxergar o Poder Judiciário como *organização*, passa-se a admitir sua sujeição não somente à lei mas, outrossim, a influências (internas e externas) que poderão redundar na morosidade. É necessário, pois, admitir tal cenário para que se possa reconhecer a necessidade – ímpar e evidente – de que sejam desenvolvidos estudos de base empírica que possam ajudar a compreender os atores e fatores causadores da morosidade para, se este for o interesse, no futuro, buscar evitá-la quando senão, amenizá-la. Aqui, por exemplo, uma das possibilidades para se escapar da endogeneização legal seria a mudança do referencial sobre a razoável duração do processo, passando do tempo da organização burocrática judiciária para o tempo social, ou seja, um tempo que seja razoável em relação à expectativa de vida do cidadão.

Se, como dito por Rui Barbosa, “*justiça tardia nada mais é que injustiça institucionalizada*” é necessário e urgente que se forme uma cultura jurídica de prestígio a rapidez em detrimento de expedientes culturalmente arraigados que se constituem num grave entrave a efetiva e eficaz prestação jurisdicional.

REFERENCIAS

- ALVES, F. G. P. *A efetividade como axiologia: premissa obrigatória para um processo célere*. Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.
- BARBOSA, R. *Oração aos Moços*. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.
- CARVALHO, E. R. *A crítica de Norbert Elias a dicotomia entre tempo físico e tempo social*. COLETÂNEA Rio de Janeiro Ano XIII Fascículo 25 p.31-62 Jan./Jun. 2014.
- COGLIANESE, C; NASH, J. Using Public Law to Shape Private Organizations. In A. Sarat & P. Ewick (Eds.), *The Handbook of Law and Society* (pp. 168-182). Oxford: John Wiley and Sons. 2015
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) - https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf - p. 154 – acesso em 14/01/2020.
- DALLARI, D. A. *O Poder dos Juízes*, São Paulo: Saraiva, 1996, págs. 156-157.
- DIDIER JÚNIOR, F. *Curso de Direito Processual Civil, vol. 1., 12ª. Ed.*. Salvador: JusPODIUM, 2016.
- EDELMAN, L. B. *Working Law: Courts, Corporations, and Symbolic Civil Rights*. Chicago: The University of Chicago Press. (Cap 2 - The Endogeneity of Law). 2016.

EDELMAN, L. B.; KRIEGER, L. H.; ELIASON, S. R., ALBISTON; C. R.; MELLEMA, V. (2011). When Organizations Rule: Judicial Deference to Institutionalized Employment Structures. *American Journal of Sociology*, 117(3), 888-954.

EWICK, P.; SILBEY, S. S. (2002). The Structure of Legality: The Cultural Contradictions of Social Institutions. In R. A. Kagan, M. Krygier, & K. Winston (Eds.), *Legality and Community: On the Intellectual Legacy of Philip Selznick* (pp. 149-165). Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

FERREIRA, A. C.; PEDROSO, J. *Os tempos da Justiça: ensaio sobre a duração e morosidade processual*. 1997.

KHALIL, E.L. *Organizations Versus Institutions*. Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE), v.151, n.3. p.445-466. 1995

MEYER. M. W. "Leadership and organizational structure." P. 200-32 in Marshall W. Meyer, 1978.

MOREIRA, J. C. B. *O futuro da Justiça: alguns mitos*. Revista de Processo, São Paulo, v. 25, n. 99, p. 141-150, jul./set. 2000.

PFEFFER, J. *Power in Organizations*. Marshfield. Mass.: Pitman. 1981.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. *The External Control of Organizations*. New York: Harper and Row. 1978

PONDY, L. R.; MITROFF, I. *Beyond open system models of organization*. p. 3-39, 1979.

Relatório *Justiça em Números ano-base 2018*, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/contendo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf

ROSA, E. *Leituras de processo civil*. Guanabara, 1970.

SAUVY, A. *Mythologie de Notre Temps*. Paris. Payol, 1971.

SELZNICK, P. "The Sociology of Law," in *Sociology Today*, ed. Robert K. Merton, Leonard Broom, and Leonard S. Cottrell, Jr. (New York: Basic Books, 1959), 124.

SELZNICK, P. *Liderança em administração*. Nova York: Harper e Row. (1957)

SCOTT, W. Richard. *Organizações: Sistemas Racionais, Naturais e Abertos*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Corredor.1994

SUCHMAN, M. C.; EDELMAN, L. B. (1996). *Legal Rational Myths: The New Institutionalism and the Law and Society Tradition*. *Law & Soc. Inquiry*, 21, 903-966.

ZUCKER, L.G. Organizations as institutions. *Research in the Sociology of Organizations*, v.2, n.1. p.1-47. 1983.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ⁱ Relatório *Justiça em Números ano-base 2018*, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.

ⁱⁱ Aliás, destaque-se que a legalidade não se origina exclusivamente da lei oficialmente promulgada: a "legalidade é uma estrutura durável e poderosa porque é plural e não é exclusivamente legal" (EWICK, Patricia and SILBEY, Susan S., *The Structure of Legality: The Cultural Contradictions of Social Institutions*.)

ⁱⁱⁱ Portanto, a legalidade pode possuir diversas perspectivas: exógena – quando imposta por um terceiro sobre a organização buscando regê-la; endógena – quando a organização recebe a norma porém a amolda a sua realidade/rotina conferindo assim novo "significado" a norma/lei. (EDELMAN, Lauren. A endogeneidade do Direito, 2016).

^{iv} Órgão judiciário ao qual compete a gestão do serviço judiciário em território nacional. (Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988, art. 103-B). [cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

^v O que o direito nomina de suspeição ou impedimento do magistrado, vícios judiciais que, se reconhecidos, atestam a parcialidade do julgador e podem redundar na nulidade do julgamento.

^{vi} O principal fator de morosidade da Justiça são as execuções fiscais que, segundo levantamento realizado pelo CNJ, representaram 39% do total de casos pendentes, com congestionamento de 92%.

^{vii} https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf - p. 154 – acesso em 14/01/2020.

^{viii} Considerando os números apresentados, cada juiz brasileiro julgou, em média, 1.819 processos no ano de 2018, o equivalente a 7,2 casos por dia útil de trabalho, “*maior índice de produtividade desde 2009*”.

^{ix} Quase 50% de todos os processos demandados no país contam com a participação de um Estado da Federação, seja como autor ou réu.

^x Artigo 183 – Lei 13105/2015 – Código de Processo Civil: “*A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal*”.